

PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

julho a setembro de 2007

Ano 32 – Nº 189

Romarias:

O povo de Deus caminha
em busca de justiça e paz

págs. 8 e 9



João Zinclar

**Destilaria Araguaia:
Agricultores ficam 32 dias
presos por protestarem
contra atraso nos salários**

pág 15



**V Congresso Nacional
do MST reúne 18 mil
trabalhadores na capital
federal** **pág 6**

EDITORIAL

Em tempos de Romaria

Os meses de julho e agosto se destacam no calendário da CPT como meses de Romarias. Este é o grande espaço de celebração da vida e da luta dos camponeses e camponesas e de outros trabalhadores e trabalhadoras do campo. É o grande momento de síntese da vida e da espiritualidade dos agentes e dos que são acompanhados pela CPT. As grandes questões que afetam o povo do campo – grilagem de terras, reforma agrária, avanço do agronegócio, sobretudo com a produção do etanol, transposição do São Francisco – estiveram presentes nas celebrações. E se realizaram, quase sempre, em lugares-símbolo: em pleno coração do agronegócio em São Paulo, onde 18 cruzeiros lembraram os trabalhadores que tombaram por exaustão no corte de cana; às margens do São Francisco ou nas cabeceiras dos seus afluentes, na Bahia e em Minas Gerais; no Paraná, em cidade-palco de uma histórica revolta de posseiros e colonos, há 50 anos atrás; num assentamento, em Santa Catarina, onde se proclamou que a terra é boa e é nossa; e em Anapu, onde Dorothy tombou vítima dos grileiros, madeireiros e latifundiários.

As Romarias proclamaram a urgência da revitalização do São Francisco, a necessidade premente da Reforma Agrária, o direito ao acesso às águas, um novo projeto de agricultura camponesa pautado no respeito ao meio ambiente e na valorização da pessoa humana, e o fim da violência e da impunidade. Só uma fé plantada no chão da vida pode dar frutos de justiça. Por isso essa fé pode ser cantada e celebra-

da alegremente.

Outros atos e manifestações mostram a vitalidade dos que procuram um outro modelo de sociedade. É o barulho internacional dos movimentos contra o silêncio do G8; o Congresso do MST com 18 mil pessoas clamando por Justiça Social e Soberania Popular; o Mutirão que ocupou o canteiro de obras do projeto de transposição, pedindo a revitalização do rio; a realização do Plebiscito pela anulação da privatização da Vale do Rio Doce; o ressurgimento da Campanha pelo Limite da Propriedade de Terra; e a busca de alternativas pelos jovens para permanecerem no campo.

Ao mesmo tempo, crescem as pressões contra as comunidades tradicionais, especialmente contra os quilombolas e outros trabalhadores. Os grandes meios de comunicação social e muitos intelectuais a serviço dos interesses do capital se manifestam contra o auto-reconhecimento das comunidades quilombolas. Cortadores de cana, que se manifestavam em busca de seus direitos, são presos e sentem o gosto amargo da cana.

É isso que você vai encontrar nesta edição. Boa leitura!

arquivo CPT Rio Grande do Sul



PUBLICAÇÕES

O Massacre – Eldorado dos Carajás: uma história de impunidade

No dia 25 de julho foi lançado em São Paulo, no teatro do SESC da Avenida Paulista, o livro “O Massacre - Eldorado dos Carajás: uma história de impunidade”, do jornalista e escritor Eric Nepomuceno, publicado pela Editora Planeta. O livro relembra a morte de 19 agricultores no Pará, em Eldorado dos Carajás, em 1996. Durante três anos o autor pesquisou o conflito, as questões fundiárias, o processo judicial dos responsáveis pelo massacre e ouviu de perto quem ainda sofre na carne o resultado desse confronto. O livro traz, ainda, uma retrospectiva das divisões fundiárias no país desde a sua colonização, a escravidão e a sua permanência em pleno século XXI e a luta de grandes líderes, como Chico Mendes e Irmã Dorothy Stang. As fotografias utilizadas são de Sebastião Salgado.

Memória e Revitalização Identitária

A equipe da CPT Guajarina, no Pará, produziu e divulgou a primeira cartilha do projeto “Memória e Revitalização Identitária” sob o título “Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas de Abaetetuba”. Esse projeto tem em vista resgatar a memória do



nascimento e consolidação do município de Abaetetuba e do movimento sócio-ecclesial nessa região no período de 1985 a 2005. De acordo com a cartilha “para ser povo faz-se necessário manter viva a história. Um povo que não mantém viva sua história é um povo morto. É massa de manobra que qualquer político ou agente religioso leva para onde quiser”. Informações: cptguaja@amazon.com.br ou (91) 3255-6000.

Plantados no Chão – Assassinatos Políticos no Brasil Hoje

A jornalista e escritora Natalia Viana lançou pela Editora Conrad a publicação “Plantados no Chão – Assassinatos Políticos no Brasil Hoje”. O livro retrata os principais assassinatos de militantes e lideranças de movimentos sociais entre os anos de 2003 e 2006. Com questionamentos quanto à impunidade vigente em nosso país e a real democracia aqui praticada, “Plantados no Chão” busca ser um tributo a todos os homens e mulheres que deram a vida na defesa de seus ideais e em busca de assegurar os direitos de uma parcela da população. A publicação teve como fonte primordial os dados da CPT.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.

www.cptnacional.org.br comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Xavier Gilles

Vice-presidente
Dom Roque Paloschi

Coordenadores Nacionais
José Batista Afonso
Juvenal José da Rocha
Pr. Nancy Cardoso Pereira
Ir. Maria Madalena dos Santos
Padre Hermínio Canova
Padre Dirceu Fumagalli

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

Diagramação
Carla de Abreu (32230566)
Impressão
Gráfica América

APOIO

EED
Evangelischer Entwicklungsdienst

Brot Für Die Welt
Pão para o Mundo

Fundação Eugen Lutter

MZF
Missionzentrale der Franziskaner e. V.

ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações canuto@cptnacional.org.br

COMUNIDADES TRADICIONAIS

Empresários e latifundiários usam a mídia contra comunidades tradicionais

MARIA JOSÉ HONORATO E MARTA ANJOS*

“É estarrecedor!” Com esta exclamação, Willian Bonner, editor chefe do Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão, chamou a atenção de milhares de ouvintes de todo o Brasil para uma suposta fraude na certificação de auto-reconhecimento da comunidade quilombola de São Francisco do Paraguaçu, localizada na cidade de Cachoeira, Bahia. A reportagem produzida pela rede Globo mostrava edição e montagem grosseiras com falas, fatos e alguns poucos depoimentos de empregados e pessoas apadrinhadas por fazendeiros da região. A matéria tentava demonstrar que a comunidade teria sido ludibriada por lideranças inescrupulosas que teriam se aproveitado de um abaixo-assinado, reivindicando cestas básicas para os pescadores, para requerer a certidão de auto-reconhecimento junto à Fundação Cultural Palmares. Mostrava, ainda, um suposto crime ambiental de retirada de madeira da Mata Atlântica para a comercialização e a ameaça de extinção do pássaro “olho de fogo rendado”, caso os quilombolas conseguissem a titulação de seu território.

No entanto, a verdade é bem outra. São Francisco do Paraguaçu é uma comunidade negra rural tradicional que guarda a memória de seus ancestrais africanos com seu modo de ser e fazer próprios, com sua rica cultura e um processo histórico de resistência. A comunidade vive da pesca artesanal, da extração da piaçava e de frutas silvestres, do artesanato e da agricultura de subsistência. A preservação da floresta e manguezal é condição essencial para sua sobrevivência, por isso ninguém mais do que esta comunidade é responsável pela manutenção do resto da Mata Atlântica existente naquela localidade. A extração de madeira, apresentada pela referida reportagem, não é do território de São Francisco. Assim



Mulheres da Comunidade do Mangal - Barro Vermelho, no município de Sítio do Mato, Bahia, dançam a tradicional dança do Boi Virá.

como o abaixo assinado apresentado nada tem a ver com o requerimento de certidão de auto – reconhecimento da comunidade. Este foi construído dentro de um processo coletivo e de luta dos quilombolas, ameaçados por interesses do latifúndio e de outros oportunistas que dizem defender causas ambientais.

Esta agressão à comunidade de São Francisco não é um caso isolado. Outras comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, pesqueiras, sofrem a mesma agressão. Trata-se de uma estratégia articulada por latifundiários e empresários, com a colaboração dos meios de comunicação social, que se sentem ameaçados com a perspectiva dessas comunidades conquistarem os territórios que de direito lhes pertencem. O objetivo imediato desses setores é impedir a demarcação dessas terras.

Para tanto, no caso quilombola, pretendem derrubar o decreto 4887/03 que regulamenta os procedimentos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios. Agem em quatro frentes: nos meios de comunicação social, deflagrando uma campanha contra o processo de auto-reconhecimento das comunidades, visando criar uma opinião pública contrária a elas e acionando os órgãos públicos responsáveis; no Parlamento, através do projeto de decreto legislativo já em tramitação na Câmara dos Deputados, de autoria do deputado Valdir Colatto, do PMDB do Paraná, que visa sustar a aplicação do decreto 4887/03; no Judiciário, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade, proposta pelo antigo PFL, hoje Democratas, perante o Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de que este declare inconstitucional o referido

arquivo CPT Bahia

decreto e no Executivo, onde se estuda na Casa Civil da Presidência um novo decreto que modifica o 4887/03. Além do mais, pretendem que o Congresso Nacional não aprove o Estatuto da Igualdade Racial que regulamenta de forma mais permanente a questão.

Por outro lado, a política do governo Lula é mais de fachada, pois edita o decreto 4887/03, mas não dá as condições para operacionalização da política de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios nele prevista. Os processos se arrastam lentamente por falta de verbas orçamentárias e técnicos especializados em quantidade necessária para implementação dessa política. Restam apenas

três anos para a conclusão desse governo e muito pouco foi feito. Como agravante temos que a regulamentação é através de decreto que, a qualquer momento, neste ou no próximo governo, poderá ser revogado.

Resta às comunidades quilombolas e demais comunidades tradicionais a perspectiva do fortalecimento de sua articulação e organização para que avance a luta pela conquista de seus direitos culturais e territoriais. A comunidade de São Francisco do Paraguaçu, apesar de se sentir agredida, humilhada e atingida na sua dignidade, sente-se mais fortalecida e unida para enfrentar seus agressores, pois cresceu a solidariedade de outras comunidades, movimentos e organizações populares à sua causa.

Maria José Honorato Pacheco, do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) e Marta Anjos, CPT Bahia.



João Laet



Comissão aprova PL do Babaçu Livre

A Comissão de Meio Ambiente da Câmara aprovou, no dia 8 de agosto, por unanimidade, o Projeto de Lei 231/2007, Lei do Babaçu Livre. Para entrar em vigor, o texto ainda precisa ser aprovado pelo plenário da Câmara e, em seguida, votado e aprovado no Senado. Só depois, então, é que será encaminhado à sanção presidencial. No dia 11 de julho, cerca de 300 quebradeiras de coco babaçu do Pará, Maranhão, Piauí e Tocantins participaram de audiência pública conjunta das Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Direitos Humanos e Minorias, na Câmara dos Deputados, em Brasília, para debater e exigir a aprovação desse Projeto de Lei. O PL 231/2007 proíbe a derrubada de palmeiras de babaçu nos estados de Maranhão, Piauí, Pará, Tocantins e Goiás, e também garante o livre acesso das quebradeiras de coco aos babaçuais. Elas participaram, ainda, de diversas audiências com dirigentes do governo federal, inclusive com as ministras Marina Silva, do Meio Ambiente, e Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, além de marcarem presença na Câmara e no Senado.

Marcha das Margaridas

Entre os dias 21 e 22 de agosto foi realizada em Brasília a Marcha das Margaridas. Trabalhadoras rurais de vários estados se mobilizaram desde o início do ano para a Marcha. Além de um ato político de reivindicação, ela é considerada um importante marco na trajetória das lutas sindical e feminista, traduzindo o amadurecimento político da organização das mulheres trabalhadoras rurais no Brasil. A primeira Marcha das Margaridas foi realizada no ano 2000. Com o lema “Duas mil e sete razões para marchar”, a manifestação desse ano reuniu cerca de 35 mil mulheres e teve como temas centrais a soberania alimentar e nutricional; terra, água e agroecologia; trabalho, renda e economia solidária; garantia de empregos e melhores condições de vida para as assalariadas rurais; política de valorização do salário mínimo; defesa da saúde pública e educação no campo; e combate à violência sexista. A Marcha contou com a parceria da CUT, do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, Movimento de Mulheres da Amazônia, Marcha Mundial das Mulheres e da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe.

foto: César Ramos - arquivo Contag



Agronegócio ameaça bispo de Chapecó

De acordo com denúncia do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), entidades ligadas ao agronegócio de Santa Catarina estariam por trás das ameaças ao bispo de Chapecó (SC), Dom Manoel João Francisco. Desde abril o bispo já foi ameaçado duas vezes e em uma delas um boneco representando Dom Manoel foi enforcado durante um protesto contra a demarcação de terras indígenas. A causa dessas ameaças seria a demarcação das terras dos Guaranis e Kaingang feita pelo governo em 19 de abril. Desde então os fazendeiros se negam a deixar as áreas demarcadas e estariam usando seu poder e influência para convencer os pequenos agricultores a fazerem o mesmo. Dom Manoel lutou a favor da demarcação das terras e da indenização aos pequenos agricultores e por isso passou a ser alvo dos fazendeiros. De acordo com denúncia encaminhada ao Ministério Público Federal (MPF), o grupo de agricultores que resiste em sair da área recebe o apoio das entidades ruralistas do Estado, como a Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina (FAESC) e uma organização chamada Defesa, Propriedade e Dignidade (DPD).

foto: arquivo da CNBB



Dom Manoel João Francisco

CURTAS

- **Encontro Nacional de Formação da CPT** será realizado entre os dias 26 e 31 de outubro, no Centro Pastoral Dom Fernando (Avenida Manchester, km 6, Jardim das Aroeiras), em Goiânia, Goiás, e terá como tema “Territorialidade e Quilombolas”.
- **Dom Ladislau Biernarski**, bispo de São José dos Pinhais, foi homenageado no dia 11 de julho na Assembléia Legislativa do Paraná, com o título de Cidadão Benemérito do Paraná. Dom Ladislau foi vice-presidente da CPT entre os anos de 1997 e 2003 e é reconhecido e admirado pelos movimentos sociais paranaenses por sua postura firme na defesa dos direitos dos mais pobres. Além da CPT, o bispo sempre acompanhou as pastorais sociais no Paraná, como a Pastoral Operária e a Pastoral Carcerária.
- **Dados interessantes sobre o agronegócio e suas dívidas:** Valor bruto do PIB agrícola total no Brasil, em 2006, 113,78 bilhões de reais – ao redor de 9% do PIB total (dados do IBGE). Grau de endividamento do setor patronal ou agronegócio com os Bancos – 54,8% do valor total do PIB agrícola. Se forem consideradas todas as dívidas do setor, o endividamento representa 80% do valor de produção (dados do professor da USP, Guilherme Dias). Dívidas vencidas esse ano, da renegociação feita desde 1990, e que não serão pagas: 14,4 bilhões de reais (dados da CNA). O Ministério da Agricultura estima que as dívidas que vencem agora e que não serão pagas devem chegar a oito bilhões de reais, sendo que destes, o Ministério estaria propenso a re-prorrogar o prazo de quatro bilhões. (fonte: jornal Valor Econômico)
- **No início de junho, 25 mil cortadores de cana pararam** durante seis dias em dez usinas no estado de Goiás. Os trabalhadores retornaram ao trabalho após a assinatura de um acordo coletivo de trabalho garantindo um reajuste de 7% no salário base dos cortadores.
- **O Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil**, 12 de junho, foi dedicado esse ano à eliminação do trabalho das crianças na agricultura. O Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), estima que mais de 100 milhões de crianças trabalhem em campos e plantações de todo o mundo.
- **O V Congresso Brasileiro de Agroecologia** será realizado de 1º a 4 de outubro, no Sesc Guarapari, no Espírito Santo. O evento terá como tema “Agroecologia e territórios sustentáveis”.

ARTIGO

O silêncio do G8 e o barulho organizado dos movimentos

NANCY CARDOSO PEREIRA*

A proposta é básica: reunir os oito países mais ricos e poderosos do mundo para discutir... o mundo! Esta é a fórmula. Reúnem-se para defender seus interesses e articular acordos econômicos e militares que deixem o mundo exatamente como está! Esta proposta motivou todo o aparato de segurança em Heiligendamm, Alemanha. Porém, para que isto aconteça é preciso silenciar a qualquer preço o resto do mundo. Por isso as reuniões do G8 são à prova de bala, de luz, de ruído, de imagens, de estatísticas ... à prova de gente e, de modo especial e definitivo, à prova de manifestações! Entretanto, cada vez que os senhores e uma senhora do mundo (a chanceler Merkel, da Alemanha) se reúnem e pensam evitar o vozerio do mundo e seus conflitos, lá está a manifestação. Foi assim em Gênova 2001, Calgary 2002, Evian 2003, Sea Island 2004, Edimburgo 2005, São Petersburgo em 2006 e, este ano, de 2 a 7 de junho, em Heiligendamm. As manifestações foram organizadas na cidade portuária de Rostock, próxima ao local onde foi construído o hotel/bunker que recebeu o G8. De toda a Europa veio uma diversidade de movimentos sociais que se uniram a representantes de outros continentes. Eu tive a alegria de ser uma dos cerca de 50 brasileiros e brasileiras, alguns residentes na Alemanha, outros (as) convidados (as). O clima de hostilidade das autoridades era visível. Já em maio, escritórios e locais de reunião de movimentos sociais alemães, que organizavam as manifestações, foram invadidos preventivamente (sic!) e documentos e computadores foram levados pela polícia.

No primeiro dia, 100 mil pessoas chegaram a Rostock. O eixo de organização que unia todos os mo-



Rostock

vimentos e participantes era a luta anti-globalização. As bandeiras, falas e atividades organizadas se referiam ao modelo econômico que sustenta os países do G8: o clima, a dívida, as patentes, a agricultura, o comércio e a imigração. Eram eixos de um internacionalismo anti-capitalista. Tive a oportunidade de me dirigir ao povo lá reunido na manifestação de abertura. Apresentei o texto: “Cinco maneiras de dizer uma verdade”. Fui escolhida pelos movimentos de igreja anti-globalização. A referência para eles era o trabalho da CPT e a luta pela terra no Brasil. Ainda no primeiro dia duas marchas cortaram a cidade de



Exército de Palhaços em Rostock

Rostock e se encontraram no porto onde aconteceu a manifestação final. Durante todo o percurso um aparato policial gigantesco foi criando dificuldades e limites para o ato, criando barreiras e gerando tensão, o que resultou numa explosão de violência entre polícia e grupos radicais europeus. As estratégias de manifestação foram amplamente discutidas no processo diário de avaliação que acompanhou os três acampamentos de cinco mil pessoas que continuaram em Rostock durante a semana. Os limites entre as estratégias de resistência e defensiva e as estratégias mais ofensivas eram duramente debatidos, deixando claro que o movimento anti-globalização procura meios de luta que superem a manifestação como performance e se apresente como mobilização de massas capaz de enfrentar as lógicas policiais e políticas do capitalismo. Uma discussão difícil, mas, necessária.

Pude experimentar novas e velhas formas de ativismo! Desde as tradicionais marchas e venda de jornais de esquerda até a performance do Batalhão de Palhaços que, através do humor, tornavam a violência do poder mais

evidente. Durante o dia marcha, bloqueios e trabalho de base em cidades vizinhas. Três temas foram identificados como prioridade na luta contra o G8: agricultura, no 1º dia; migrações, no 2º dia e militarismo capitalista no 3º dia. Os movimentos se levantaram contra o G8 por terra, mar e ar, enfrentando o esquema poderoso de segurança que incluía cercas subterrâneas. Balões foram interceptados. Navios parados. Todo o aparato do estado alemão voltado para garantir o silêncio do mundo. Um desgaste muito grande para o governo alemão num momento de ajustes na política de bem estar cortando gastos de saúde, educação e previdência. Os movimentos de igreja eram minoria. Éramos gente animada pela fé revolucionária de Jesus dizendo que “um outro mundo é possível!”. Organizamos um seminário de Teologia numa das tardes em Rostock: “Os pecados do capital” e eu pude apresentar uma perspectiva da Teologia da Libertação ao lado de companheiros (as) de Cuba e do Congo.

O mais importante foram os compromissos assumidos entre os movimentos, a agenda comum entre militantes de diversos países. Entre muitas avaliações difíceis e positivas sobre o processo de luta alguém disse: “o sentimento durante aquelas noites no acampamento era diferente! Nos sentíamos poderosos e poderosas, capazes de jogar o jogo e de vencer; as pessoas foram encorajadas e empoderadas. É isto que uma ação organizada de solidariedade internacional faz: nos torna mais fortes. Globaliza a luta! Globaliza a esperança!”

Fotos e textos em português:
www.ciranda.net/spip/mot52.html

* Pastora metodista e membro da coordenação nacional da CPT

V CONGRESSO NACIONAL DO MST

Congresso do MST: por Justiça Social e Soberania Popular

MARIA MELLO*

Em junho, mais de 17 mil sem terra de 24 estados brasileiros, além de 181 convidados internacionais de 31 países, construíram o 5º Congresso Nacional do MST, o maior e mais organizado da história do Movimento. Sob o lema “Reforma Agrária: por Justiça Social e Soberania Popular”, os trabalhadores reunidos em Brasília (DF) comemoraram suas conquistas nos últimos 23 anos, estudaram a nova conjuntura agrária e o papel do Estado, e apontaram alternativas para a construção de uma nova sociedade. Os números revelam a dimensão do encontro e a capacidade de organização dos seus participantes: escola para 1,5 mil crianças; Feira da Reforma Agrária (com produtos dos assentamentos e acampamentos de todo o país); 14,9 mil metros de lona preta; 200 banheiros; 220 chuveiros abastecidos por caminhões pipa e 130 cozinhas. Tudo dividido em 40 mil metros quadrados de área.

Segundo o MST, este Congresso ocorreu em uma conjuntura distinta da dos anos anteriores. O país passou por mudanças na década de 90, quando o mundo viveu um processo de globalização capitalista que impôs aos países periféricos no meio ru-

ral o chamado agronegócio. “O modelo agroexportador é caracterizado pela produção em grandes extensões de terra de monoculturas para exportação, de forma mecanizada e com a expulsão de mão-de-obra do campo”, explica Gilmar Mauro, integrante da coordenação nacional do MST. Diante desse quadro de mudanças, o MST referendou e apresentou à sociedade, durante o Congresso, uma proposta alternativa para o campo brasileiro, com nove medidas concretas consideradas necessárias para a superação da desigualdade social no meio rural e a conquista da soberania alimentar, com produção de alimentos para toda a população e a preservação da natureza. O documento, intitulado “Programa Agrário”, é resultado de estudos e debates realizados durante dois anos em toda a base do Movimento.

Carta do Congresso

Ao final dos cinco dias de plenárias e atividades do Congresso, o MST divulgou uma carta que resume os principais compromissos assumidos pelos trabalhadores na luta contra a desigualdade e as injustiças sociais. Em 18 itens, o documento aponta na direção da articulação entre os

diversos setores da sociedade para a construção de um projeto popular de nação, além da necessidade de seguir lutando pelas desapropriações do latifúndio, em especial as áreas de propriedade de bancos e de capital estrangeiro. O combate às empresas transnacionais do campo, que monopolizam as sementes, a produção e o comércio agrícola, é outro compromisso prioritário do MST para o próximo período. No texto, também estão pautados temas como a defesa dos direitos dos trabalhadores, a limitação do tamanho da propriedade rural, o fim do trabalho escravo e da violência no campo. A carta defende, ainda, a preservação da biodiversidade, da água e das florestas; o acesso dos trabalhadores à educação, tema prioritário para o movimento; e a democratização da comunicação, por meio da criação de veículos comunitários como rádios e TVs. O MST também reafirma, no documento, sua posição contrária à transposição do rio São Francisco e defende o controle dos camponeses sobre os agrocombustíveis.

Marcha

No penúltimo dia de Congresso, uma marcha com cerca de 20 mil pessoas percorreu Brasília para protestar contra a falta de compromisso do poder público na realização da Reforma Agrária e em favor da soberania nacional. O trajeto, que totalizou 14 quilômetros, começou com um protesto na embaixada dos Estados Unidos, onde foram deixados caixões cobertos com panos que traziam nomes de 20 países e o número de vítimas da intervenção militar estadunidense em cada um deles. De lá, os marchantes seguiram para o prédio do Superior Tribunal de Justiça, onde estenderam uma faixa pela anulação do leilão que privatiza a Companhia Vale do Rio Doce. Ao chegarem à Praça dos Três Poderes, eles fizeram um ato contra a lentidão na política de assentamentos e estenderam uma enorme faixa no monumento a Juscelino Kubitschek, com os dizeres “Acusamos os Três Poderes de impedir a Reforma Agrária”.

A CPT no Congresso do MST:

“Minha impressão é que o MST demonstrou sua capacidade de mobilização, organização, disciplina e articulação que possibilitou um Congresso não só representativo, mas que revelou as grandes causas que o MST tem encampado em suas lutas por formação, educação, acesso aos programas e políticas públicas, articulação política nacional e latino-americana”. Dirceu Fumagalli, da coordenação nacional da CPT.

“O MST mais uma vez deu uma demonstração de organização e disciplina no seu V Congresso. Só esquecem que na história do Brasil e da América Latina nunca coube a Reforma Agrária Clássica. Aqui a luta pela terra sempre teve seu caráter revolucionário.” – Isidoro Revers, da coordenação do Projeto da CPT Impactos do Hidro e Agronegócio.

“Estou convencido de que o Congresso do MST foi, internamente, uma valiosa oxigenação do Movimento. E, externamente, foi um claro sinal do ascenso e da articulação da nossa sociedade civil brasileira no enfrentamento do modelo neoliberal, especialmente do ‘necrocombustível’” – Dom Tomás Balduino – conselheiro permanente da CPT.



Manifestação na Praça dos Três Poderes

João zinclar

* Assessoria de Comunicação do MST. Box: Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

MEMÓRIA

Uma luta vitoriosa: Paraná celebra 50 anos da Revolta dos Colonos

JELSON OLIVEIRA*

UM DOS MAIS IMPORTANTES EPISÓDIOS DE ORGANIZAÇÃO E LUTA DO POVO CAMPONÊS BRASILEIRO ESTÁ FAZENDO 50 ANOS. TRATA-SE DA REVOLTA DOS COLONOS NO SUDOESTE DO PARANÁ, QUE ESSE ANO FOI TEMA DA 22ª ROMARIA DA TERRA, ORGANIZADA PELA CPT NO ESTADO E POR OUTRAS ENTIDADES PARCEIRAS.

A ocupação da cidade de Francisco Beltrão por cinco mil colonos no final da tarde do dia 10 de outubro de 1957, com a prisão domiciliar do juiz de direito e do delegado de polícia e o fechamento das estradas e aeroportos, foi o ápice de um fecundo processo de organização da revolta contra a violência das companhias colonizadoras que agiam em conluio com o então governador Moisés Lupion (avô do atual deputado federal da bancada ruralista Abelardo Lupion). A história da região sudoeste do Paraná pode ser contada a partir da ocupação original dos indígenas Guarani, Kaingang e Xokleng, que se instalaram nas terras que margeavam o Rio Iguaçu (o maior rio do Paraná), entre regiões de campos e áreas de ricas florestas nativas (principalmente de araucária). Em 1889 o governo imperial cedeu essa “enorme quantidade de terra” entre as regiões norte e sudoeste do Paraná, à Companhia de Estradas de Ferro São Paulo – Rio Grande, ligada a uma empresa inglesa responsável pela construção da estrada de ferro que ligaria esses dois Estados passando pelo Paraná (origem



Revolta dos colonos

da Guerra do Contestado).

Dois anos depois, entretanto, a Constituição Brasileira de 1891 declarou essas terras propriedade dos Estados. A partir de 1930 o Estado do Paraná cancelou a concessão dessas terras à Companhia de Estradas de Ferro e retomou a posse da área. Posteriormente, em 1940, o governo federal decidiu se apropriar delas por medida de segurança nacional, iniciando uma disputa com o governo do estado. Aproveitando-se desse episódio a Companhia reivindicou novamente a posse das terras e ganhou o direito sobre a área, principalmente por contar com o apoio do então governador Moisés Lupion. A partir do final da década de 1940 entra em cena um comerciante curitibano chamado José Rupp, que dizia que a Companhia de Estradas de Ferro tinha uma dívida com ele e, por isso, reivindicava o pagamento da mesma com as glebas de terra do sudoeste do Paraná. José

Rupp era representado por sua concessionária, a CITLA (Sociedade Cleveland Industrial e Territorial Ltda.), a qual se instalou em Francisco Beltrão. Consta que esta empresa pertencia ao grupo Lupion, o que revela que todo esse processo não passava de uma fachada para esconder o interesse da família Lupion nas riquezas da terra e das florestas dessa região.

Sendo assim, a CITLA obteve todo o apoio do governo Moisés Lupion, mesmo com um parecer contrário do então consultor geral da República, sobre várias falcatruas e trouxe outras companhias para “colonizar” a região. A “colonização” significava vender o título de propriedade ao posseiro que já ocupava a área. Com apoio do governo, essas companhias iniciaram um regime de terror contra os colonos, os quais eram obrigados a assinar o termo de compra de sua posse, sob intimidação, saque, roubos, estupros, esfaqueamento de

menores, queima das benfeitorias e todo tipo de atrocidades e violências. No ato de assinatura do documento, o posseiro era obrigado a pagar uma importância em dinheiro e assinar notas promissórias do restante da dívida. Note-se que essa população já tinha seus direitos de posse adquiridos e estava tendo de pagar novamente para um pretensão proprietário que adquirira indevidamente o direito sobre a terra. Dois absurdos que a história brasileira registra vergonhosamente.

Frente à violência dos jagunços e pistoleiros, os colonos que habitavam essas terras, apoiados pela experiência dos caboclos que haviam participado das lutas do contestado e unidos a alguns comerciantes e lideranças urbanas, iniciaram pouco a pouco um processo de organização da resistência, fazendo com que a reação que era incipiente e individual se transformasse num movimento vitorioso, com a tomada de vários municípios da região.

A forma tradicional de vida dos caboclos e colonos, que compreende a terra como um espaço de trabalho e subsistência das famílias se colocou como contrária ao desejo de mercantilização e titulação das terras por parte do governo e das empresas de colonização que acreditavam que as terras e os recursos naturais são apenas fontes de lucro. A vitória dos colonos no Sudoeste além de ter garantido a partilha da terra na região, o desenvolvimento e fortalecimento de um modelo de agricultura alicerçado no trabalho familiar, pode ser apontada como um diferencial em relação às outras lutas do povo brasileiro, já que aqui no sudoeste o povo foi vencedor!

* Agente da CPT do Paraná

ROMARIAS

Romeiros e romeiras em busca de justiça e paz na terra

Para relembrar a caminhada do povo de Deus no deserto rumo à terra prometida, na esperança de encontrar justiça e paz, homens, mulheres, crianças, religiosos e leigos se unem todos os anos nas Romarias da Terra e das Águas, organizadas pela CPT, junto com outras entidades sociais, em todo o país.

CRISTIANE PASSOS*

30ª Romaria da Terra e das Águas de Bom Jesus da Lapa

De 6 a 8 de julho cerca de oito mil romeiros e romeiras se reuniram em mais uma Romaria da Terra e das Águas em Bom Jesus da Lapa, Bahia. Foi a 30ª Romaria de Bom Jesus da Lapa. Entre os participantes estavam trabalhadores e trabalhadoras rurais, quilombolas, vazanteiros, geraiseiros, caatingueiros, indígenas, pescadores, moradores de fundos de pasto, ribeirinhos, assentados, acampados, atingidos por barragens, entre outros. Sob o tema “Terra e Água para que todos tenham vida” os romeiros discutiram, entre outras coisas nesses três dias, sobre o projeto de transposição do São Francisco, que acabará por aumentar a desigualdade racial, a degradação ambiental e o acúmulo de renda nas mãos de poucos que se entregam ao domínio do capital internacional. Todos esses pontos foram destacados na Carta enviada ao presidente Lula ao final da Romaria, pedindo a suspensão do projeto de transposição, a imediata revitalização do rio e o respeito a esse povo do Vale do São Francisco, principal agente de preservação e conservação do rio. Sobre o projeto a Carta ainda diz que “estas obras se mostraram ao longo do tempo inviáveis e insustentáveis, por não atender às reais necessidades do povo da região. Porém, alternativas vêm sendo trabalhadas e desenvolvidas de forma coletiva e participativa por diversas entidades e movimentos sociais, mos-

trando que a solução é a convivência harmônica com o semi-árido”.

2ª Romaria da Floresta

De 19 a 22 de julho foi realizada em Anapu, Pará, a 2ª Romaria da Floresta. A caminhada teve início no túmulo de irmã Dorothy e percorreu 52 quilômetros, durante os três dias, rumo ao local em que ela foi assassinada, o Projeto de Desenvolvimento (PDS) Esperança. Sob o tema “Vocês são minhas testemunhas?”, os participantes da Romaria lembraram os feitos da missionária que deu a vida para garantir os direitos de cada trabalhador daquele pedaço de Anapu.

8ª Romaria da Terra e das Águas da diocese de Ji-Paraná

No dia 22 de julho foi realizada em Ji-Paraná, Rondônia, a 8ª Romaria da Terra e das Águas, promovida pela CPT juntamente com a diocese de Ji-Paraná, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, entre outras entidades. Cerca de sete mil romeiros, vindos de todo o estado de Rondônia, caminharam sob o tema “Vida e missão neste chão” e o lema “Os pobres possuirão a terra”. Dentre as reflexões levantadas nessa Romaria estavam o sonho da reforma agrária e a situação das populações tradicionais. Lembraram-se nomes importantes para a luta como Chico Mendes, Irmã Dorothy e padre Ezequiel Ramin, assassinado em conflitos por terra no estado. O dia se encerrou com uma celebração ecumênica e apresentações artísticas.



XI Romaria das Águas e da Terra de Minas Gerais

13ª Romaria da Terra e das Águas do Ceará

O Estado do Ceará realizou sua 13ª Romaria da Terra e das Águas no dia 5 de agosto, em Fortaleza, reunindo 15 mil pessoas de diversas comunidades de todo o Estado. Sob o tema “Somos Terra, somos Água, somos Vida”, os romeiros celebraram esta Romaria na Lagoa de Messejana. A Carta Final da Romaria clama que “o acesso à água é um direito humano básico que necessita ser urgentemente efetivado para toda a população, em especial para as famílias camponesas do semi-árido brasileiro. No entanto, as políticas de recursos hídricos, desenvolvidas ao longo dos anos para a região Nordeste, são baseadas priori-

tariamente nas grandes obras hídricas, que provocaram degradação ambiental e exclusão social”.

IX Romaria Estadual da Terra e das Águas de São Paulo

Também no dia 5 de agosto, a IX Romaria Estadual da Terra de São Paulo reuniu duas mil pessoas, em Ribeirão Preto (SP), que caminharam 11 quilômetros em direção ao pré-assentamento Mário Lago, antiga fazenda da Barra, sob o lema “Vida, organização e missão dos pobres nesse chão”. A oração de abertura da Romaria que esse ano teve como tema “O pão é a vida dos pobres, quem deles o tira é assassino” lembrou os 18 trabalhadores mortos no corte da cana em 2006.

arquivo CPT Minas Gerais

ROMARIAS

Com os nomes deles escritos em cru- zes de madeira, a Romaria mostrou a violência do capital contra o povo e a natureza, super-explorando homens e mulheres do campo e destruindo o meio ambiente em busca do lucro a qualquer preço. Reunidos em pleno coração do agronegócio, a Romaria foi o momento escolhido pela equipe da CPT de Presidente Prudente para apresentar o manifesto contra a legalização da grilagem no Pontal do Paranapanema (Projeto de Lei 578/2007) assinado por Dom José Maria Sara- cho, bispo da Diocese de Presidente Prudente e responsável pela CPT no estado de São Paulo. O bispo condenou o Projeto de Lei que pretende regularizar terras acima de 500 hectares no Pontal. Terras essas que foram gri- ladas durante anos de dominação dos latifundiários e de violência contra os trabalhadores e trabalhadoras rurais. A região do Pontal sempre esteve en- tre as mais tensas no país em relação a conflitos por terra. De acordo com Dom José, “As políticas agrícolas e agrárias estão se submetendo aos in- teresses do agronegócio sobretudo à expansão da cana-de-açúcar”.

XI Romaria das Águas e da Terra de Minas Gerais

No dia 19 de agosto realizou-se em Belo Horizonte, Minas Gerais, a XI Romaria das Águas e da Terra de Minas Gerais. Sob o tema e lema “Terra e Água, no campo e na cidade, a vida em primeiro lugar” os romei- ros saíram em caminhada até a Praça da Estação, na região metropolitana de Belo Horizonte, onde Dom Tomás Balduino, conselheiro permanente da CPT, deu a bênção a todos os parti- cipantes da Romaria. Cerca de 300 mis- sionários participaram da Semana de Missões Preparatória para organizar e receber os 12 mil participantes da XI Romaria do Estado. Esse momen- to de caminhada e reflexão tratou temas que afetam o povo do campo e da cidade, como meio ambiente e suas diversas formas nos meios rural e urbano, questões como saneamen- to, moradia, alimentação, energia, re- forma agrária, entre outros. Um tema que ganhou destaque nesse dia foi o Plebiscito pela Anulação do Leilão da Companhia Vale do Rio Doce, que

será realizado de 1 a 7 de setembro em todo o país. Durante a Romaria foram distribuídos kits para que cada participante pudesse organizar o Plebiscito em sua região, escola e organi- zação. Os participantes da Romaria divulgaram uma Carta em que condenam a busca exacerbada pelo “lucro, em detrimento da pessoa humana, que sub- mete os filhos de Deus a situações de exploração e marginalização. Os pobres e a natureza, em todos os lugares são excluídos dos projetos de desenvolvi- mento implementados pe- los governantes que agem a serviço da acumulação do capital das grandes empresas e corporações transnacionais”. A Carta defende, ainda, a preser- vação do rio São Francisco e a não-realização do pro- jeto de Transposição que eles consideram ser uma sofisticação da indústria da seca. Prioriza, ao invés disso, a democratização da água existente no Nordeste, passando por um pro- jeto de convivência com o semi-árido.

22ª Romaria da Terra do Paraná

A 22ª Romaria da Terra do Paraná reuniu cerca de 10 mil pessoas no dia 19 de agosto em Francisco Bel- trão, sudoeste do Paraná. Sob o lema “Na luta da terra fazemos mudança, conosco caminha o Deus da Aliança”, a Romaria desse ano teve um caráter comemorativo tendo como temática os 50 anos da Revolta dos Colonos. Em 1957, num levante histórico, agri- cultores lutaram pela posse de suas terras ameaçada por empresas imo- biliárias, como a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) e a Clevelândia Industrial Territorial Ltda (CITLA). O exército de agricul- tores que se formou para combater os jagunços contratados pelas empresas interessadas nas suas terras, se armou



IX Romaria da Terra e das Águas do Estado de São Paulo

de foices, enxadas e facões em defe- sa da vida e dos seus direitos. Várias crianças e mulheres foram mortas sob a omissão das autoridades que se negavam a interferir no conflito. A vitória dos colonos nesse embate ga- rantiu a partilha da terra na região, o desenvolvimento e o fortalecimento do modelo de agricultura familiar ba- seado na pequena propriedade.

20ª Romaria da Terra e da Água de Santa Catarina

A 20ª Romaria da Terra e da Água de Santa Catarina foi realizada no dia 9 de setembro no Assentamen- to Pátria Livre, em Correia Pinto, Pla- nalto Serrano. A escolha do local foi para simbolizar o enfrentamento e a luta pela reforma agrária contra o latifúndio, já que a área foi desapro-

priada em dezembro do ano passado, após longo tempo de conflito e espera para as famílias acampadas no lo- cal. Sob o tema “Resistên- cia ao Agro-Hidronegócio” e o lema “Essa terra é boa e é nossa”, a 20ª Romaria de Santa Catarina quis celebrar a resistência e a mobilização social do campo em defesa da terra e da água contra a realidade do agro-hidrone- gócio, tão presente nas terras catarinenses, principalmente na região serrana. O evento objetivou, ainda, denunciar o atual modelo agrícola ba- seado na monocultura, na transgenia e no uso intenso de agrotóxicos que ameaça a vida das pessoas, da terra e da água. A Romaria, segundo a CPT Santa Catarina, uma das responsáveis pela sua organização, “quis anunciar um projeto de agricultura camponesa pautado no res- peito ao meio ambiente e na valorização da pessoa huma- na, que defende a reforma agrária, as políticas públicas para o campo, a produção de alimentos saudáveis e diver- sificados e a preservação da terra, da água e da vida”.

3ª Romaria Diocesana da Terra e das Águas da Diocese de Presidente Prudente

No dia 16 de setembro será reali- zada, às margens do rio Para- ná, em Teodoro Sampaio, São Paulo, a 3ª Romaria da Terra e das Águas da Diocese de Presidente Prudente. Com o tema “Vida e Missão no chão do Pontal”, a CPT Pontal pretende reunir cerca de 1.500 pessoas no As- sentamento Padre Josimo. O lema da Romaria desse ano é uma frase de Jo- simo, “Tenho que assumir a causa dos pobres lavradores”, que convida a to- dos a construir estratégias conjuntas de enfrentamento dos problemas da expansão do latifúndio canavieiro no país e no Pontal.

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

JUVENTUDE RURAL

O desafio da permanência da juventude no campo

NATÁLIA PAULINO, ISOLETE WICHINIESKI E
ROGÉRIO NUNES*

A Comissão Pastoral da Terra, ao longo de seus 30 anos, convocada pela memória subversiva do evangelho da vida e da esperança, fiel ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra e da água, presta um serviço educativo e transformador para estimular e reforçar o protagonismo dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. A CPT tem no trabalho de base a sua forma de convivência, promoção, apoio, acompanhamento e assessoria aos camponeses(as), buscando o envolvimento de toda a comunidade cristã e a sociedade na luta pela terra rumo à “terra sem males”.

Georges Bernanos, repórter e escritor francês, disse que a febre da

juventude conserva o mundo em temperatura normal. O trabalho educativo feito com os jovens ajuda-os a tornarem-se pensadores, críticos e transformadores do mundo. Destruindo o jargão “jovem é o futuro do mundo”, a juventude se apresenta como protagonista, como sujeito da ação no presente. É também diante desse fato que a CPT entende que acompanhar a juventude é importante para o fortalecimento de suas ações e de sua estrutura. Na nossa última Assembléia Nacional, realizada no mês de abril, uma das questões que foi colocada com força nos desafios a serem enfrentados é a nossa ação junto aos jovens camponeses(as). No documento de desafios e prioridades encontramos o seguinte: “Estimular as organizações e as iniciativas dos jovens camponeses em vista de sua formação e permanência no campo, com destaque para educação do campo, o trabalho solidário e a construção de políticas públicas que atendam aos interesses da juventude”. A qualificação da juventude camponesa é fator fundamental para a permanência dela no campo. Jovens que acompanham e participam ativamente da dinâmica camponesa em suas áreas fortalecem a luta pela terra junto a outros agentes multiplicadores.



foto Sean Sprague - arquivo CPT Nordeste



foto Maristela Vitória - arquivo CPT Nacional

Escola Agrícola Familiar em Goiás

Ao reconhecer que a formação da juventude é prioritária, começamos a perceber e a valorizar experiências reais dos regionais. Em Santa Catarina e nas equipes da Paraíba temos as Escolas Agroecológicas, com cursos pedagógicos, de formação, reuniões e assembléias de jovens que vivem e atuam nas áreas acompanhadas. Já no Rio Grande do Sul temos a Escola de Jovens Rurais. Dentro desse contexto nossos regionais desempenham um papel fundamental, o de acompanhar de perto os trabalhos e os processos de atuação e formação com os jovens em todas as suas equipes. Com isso, conseguiremos formar, capacitar e agir com muito mais força em nossas linhas de atuação.

Como a CPT também atua junto aos movimentos sociais do campo e a outras pastorais, e faz parte da Via Campesina Brasil, desempenhamos, nesse momento, um papel à frente do Coletivo de Jovens da Via, onde representantes dos movimentos ligados a ela se reúnem para ampliar as suas ações, atuações e formação. No Coletivo também compreendemos que a formação é nossa principal bandeira, por isso vamos construindo nos estados os cursos do Programa Nacional de Formação para Jovens da

Classe Trabalhadora em Movimento. Ao mesmo tempo vamos fortalecendo nossas bandeiras de ação como a Campanha A VALE É NOSSA e a Jornada de Luta em Defesa da Educação Pública, sendo essa puxada já como ação do Coletivo.

Dessa forma, devemos analisar dentro de nossa entidade algumas questões centrais para, a partir daí, construir e estimular nossa organização. Entre elas: como a CPT tem sido presença junto aos jovens camponeses (as) nas regiões; quais os espaços de organização da juventude camponesa; e quais os principais desafios enfrentados pela juventude camponesa.

Com esses pontos a serem pensados pelos regionais e equipes, mais uma prioridade se coloca para a CPT, a de acompanhar, capacitar e formar os jovens, junto aos quais desenvolvemos nossa atuação pastoral diariamente, em busca da qualificação para o acompanhamento aos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras rurais assistidos pela CPT.

* Agentes das CPTs Nordeste, Goiás e Paraná, respectivamente. Com a participação da equipe de Mossoró, Rio Grande do Norte.

RIO SÃO FRANCISCO

Mutirão popular pela vida do povo e da bacia do rio São Francisco

CLARICE MAIA*

Um mutirão. Essa é a palavra que pode ser usada para nomear a reunião das organizações sociais, movimentos populares, povos e comunidades tradicionais, cada dia maior e mais consciente sobre os interesses que assombram a vida de milhares de pessoas e da bacia do rio São Francisco. O trabalho é difundir alternativas de convivência com o semi-árido, construir o projeto popular de revitalização e arquivar o mega-projeto de transposição, do governo federal.

Na madrugada entre os dias 25 e 26 de junho, cerca de 1200 pessoas de Alagoas, Pernambuco, Bahia, Sergipe, Ceará, Minas Gerais e Distrito Federal, ocuparam e levantaram acampamento no que seria a tomada de águas do eixo norte do projeto de transposição. O solo descoberto pela ação dos tratores e um grande buraco, mais tarde nomeado pelos manifestantes de 'buraco do Geddel' – alusão ao ministro da Integração Nacional – servia, aparentemente, para dar a impressão de que a obra estava iniciada quando da visita de Geddel Vieira Lima (PMDB-BA). O ministro fez uma caravana relâmpago de cinco dias, a partir de 11 de junho, percorrendo 17 municípios dos estados de MG, BA, SE, PE e AL, prometendo liberar recursos para prefeituras, que prontamente aderiram ao projeto.

O local ocupado foi a fazenda Mãe Rosa, em Cabrobó, quilômetro 29, divisa com o município de Orocó, ambos em Pernambuco. No dia seguinte à ocupação, o número de acampados chegou a 1500 pessoas. Durante todo o tempo os governos municipal, federal e estaduais tentaram mobilizar a sociedade para se contrapor à manifestação. Conseguiram ganhar interessados, como os prefeitos visitados pelo ministro. Grupos de todo o Brasil ameaçaram seguir ao acampamento e organizaram campanhas de solidariedade.



fotos João Zinclar



Governo usa discurso e prática ultrapassada

Durante os dias da ação, o presidente da república, Luis Inácio Lula da Silva, com o ministro da Integração, afirmaram que o mutirão popular em nada interferiria no andamento do projeto. O velho e ressuscitado discurso da indústria da seca, levar água ao povo pobre do sertão nordestino, igualaram presidente e ministro

de Estado que, outrora, tiveram posições contrárias. Agora os dois fazem parte da mesma coalizão governista banhada não por água, mas pelos interesses de empresários e empreiteiras.

O descaso com a ação popular ficou evidenciado durante o acampamento. A ocupação reuniu mais de 1500 pessoas, houve o enterro simbólico do projeto; visita de bispos, culminando na fala de Dom Luiz Cappio; construção de uma praça central onde todos os dias os acampados se reuniam em celebrações, formação e mutirões para tapar o buraco, arar a terra e construir barracos. O povo Truká em cerimônia lembrou o assassinato de dois índios pela PM estadual e reforçou a ocupação quando o grupo de manifestantes retornou para seus locais de origem para serem substituídos por outros. Ao mesmo tempo, a polícia militar, tentando intimidar o grupo, fechou, sem qualquer ordem judicial, a entrada do acampamento, para dar cumprimento ao mandato de reitengração de posse. A presença das polícias Federal e Militar, fortemente armadas e equipadas, não intimidou os acampados que saíram de modo pacífico e seguiram para o assentamento Jibóia, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que há dez anos espera receber água encanada. No dia seguinte, porém, o

povo Truká fez uma retomada de terras. Uma semana depois foi a vez dos Tumbalalá. Ao mesmo tempo, acampados levavam informações às comunidades do entorno, faziam mutirões de limpeza e para a construção de uma cisterna que atendessem ao centro comunitário.

Enquanto isso, Lula defende o projeto de transposição e continua com a promessa de distribuição de dinheiro, dessa vez para seis municípios do Ceará. O Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) desembolsa R\$ 1.306.894,52 para desapropriações. Os governadores Eduardo Campos (PE), Cassio Cunha Lima (PB), Cid Gomes (CE) e Wilma Faria (RN) se reúnem e anunciam campanha em prol da transposição, com dinheiro do Ministério da Integração Nacional. Já sobre aspectos legislativos e jurídicos, a Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) entram com pedido, na Procuradoria da República, em Salgueiro (PE), para que o órgão interfira no assunto. Acontece audiência pública na Câmara Federal sobre o Atlas do Nordeste, da Agência Nacional de Águas. O procurador geral da República, Antonio Fernando de Barros, em nome dos Ministérios Públicos Federal e Estaduais (BA, MG, SE), entra com petição junto ao STF. Ele pede a suspensão do projeto de transposição.

Mesmo com a insistência em dar continuidade à obra, usar falsos argumentos, passar por cima de povos e comunidades tradicionais, o mutirão tem continuidade. O acampamento foi mantido com as retomadas dos povos indígenas. As ações só cessarão quando o projeto for arquivado. De modo que esse é um momento de ganhar apoio e ainda mais força para o trabalho.

* Assessora de Comunicação da Articulação São Francisco Vivo

A CPT NA AMAZÔNIA

Os grandes desafios da CPT na Amazônia

AIRTON DOS REIS PEREIRA*

A realidade amazônica com seus problemas e desafios foi a razão do Encontro das CPTs da Amazônia, realizado em Belém, entre os dias 15 e 17 de junho. Trinta e três agentes da CPT, de nove estados da Amazônia brasileira (Pará, Amazonas, Amapá, Rondônia, Roraima, Acre, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão) mais a coordenação nacional da entidade refletiram sobre esta realidade e a ação que ela desenvolve na região. O encontro objetivou ser um momento de intercâmbio e troca de experiências entre os agentes da CPT em vistas à construção de um projeto estratégico de ação para o conjunto das CPTs da Amazônia dados os novos desafios que a realidade aponta, a desarticulação entre as diferentes equipes e regionais e as dificuldades financeiras vividas.

Pudemos, nesses dias, perceber que continua forte a disputa entre dois modelos de desenvolvimento e de sociedade na Amazônia brasileira. De

um lado, um modelo de desenvolvimento pautado na tentativa de homogeneização da vida e cultura do povo, baseado na exploração do minério, da madeira e nas diversas formas em que se apresenta o hidro e agronegócios. Um modelo concentrador, predador, espoliador, que visa, única e exclusivamente, o lucro e o bem de uma pequena parcela da sociedade, causando a pobreza e a morte de milhares de vidas tanto de pessoas, quanto dos outros seres vivos. Do outro lado, um modelo de desenvolvimento pautado na heterogeneidade, reivindicado e vivido pelos amazônidas: povos indígenas, caboclos, ribeirinhos, seringueiros, pescadores, posseiros, assentados, quebradeiras de coco, quilombolas. É um processo onde a diversidade natural soma-se à diversidade humana e cultural. São populações indígenas e não-indígenas com diferentes idiomas, costumes e religiosidades, com um estilo de vida intrinsecamente relacionado à natureza. Chegou-se à conclusão que a preservação da biodiversidade amazônica depende essencialmente

da preservação dessa sócio-diversidade.

Para os 33 agentes presentes no encontro, o trabalho da CPT, ao longo dos 32 anos de presença na Amazônia, tem sido no sentido de contribuir na organização para fortalecer a luta das várias categorias de camponeses que lá vivem. Mas os desafios atuais dão a impressão que a CPT é impotente diante da força do grande capital que exclui e tira vidas. Por isso mesmo, mais do que em qualquer outro momento da história, concluiu-se que as CPTs da Amazônia precisam juntar forças, articular-se melhor e investir no processo de formação de seus membros. Só assim poderá ajudar a interligar e dinamizar as diversas experiências de luta e

foto Alex Silveira - WWF



Ilha de São Francisco, no Xingu

de resistência dos camponeses e suas organizações, no enfrentamento e no combate ao hidro-agronegócio, à exploração mineral, à violência, à impunidade, ao trabalho escravo; e poderá fortalecer as lutas pela preservação do meio-ambiente e do território. Contribuirá, assim, para que os diferentes costumes, idiomas e religiosidades dos amazônidas sejam respeitados e preservados.

* Historiador e Agente da CPT Marabá.

CPT pede ao Papa apoio para a reforma agrária e para as populações da Amazônia

Por ocasião da visita do Papa Bento XVI ao Brasil, os bispos brasileiros, que participavam da Assembléia anual da CNBB, tiveram um encontro com ele na Catedral de São Paulo, no dia 10 de maio. Depois da fala do Papa, alguns bispos, previamente designados pela presidência da CNBB, iriam fazer uso da palavra. O presidente da CPT, Dom Xavier Gilles de Maupeou, foi um dos indica-



arquivo pessoal de Dom Xavier Gilles

dos. Esta programação, entretanto, foi cancelada sem explicações. Diante disso Dom Xavier entregou o texto de sua fala pessoalmente nas mãos do Papa.

"Meu venerável Irmão Bento XVI,

Receba as fraternas e calorosas saudações e votos de boas vindas a esta terra por parte do nosso Regional Nordeste 5 da CNBB e também da nossa Comissão Pastoral da Terra, CPT. De ambos sou Presidente. João Paulo II, de saudosa memória, ao se encontrar com o Presidente da República do Brasil, seja em visita ao nosso país, seja em outras oportunidades, nunca deixava de cobrar a Reforma Agrária. Ele sabia que esta é a grande expectativa e apelo de milhões de camponeses brasileiros e uma questão de justiça social e de democratização da terra.

O pedido que respeitosamente lhe faço, em comunhão com muitos Bispos, é que retome esta mesma cobrança junto ao nosso Governo, pois a Reforma Agrária vem sendo relegada a um segundo plano. A prioridade agora é dada à produção do etanol a partir da ilimitada monocultura da cana-de-açúcar, pondo em sério risco a soberania alimentar e o equilíbrio ecológico. A Campanha da Fraternidade deste ano foi dirigida à Amazônia. A preocupação do Episcopado é com relação à cobiça nacional e internacional ao se apoderar das terras e das águas desta área, bem como de suas riquezas minerais e de sua biodiversidade, inviabilizando o acesso à terra de viver e trabalhar aos índios, negros, ribeirinhos, seringueiros, pescadores, mulheres coletoras de amêndoas e outras populações nativas.

Pedimos, pois, a Vossa Santidade, que chame a atenção de nossas Autoridades também para as populações pobres e ameaçadas desta grande Região.

Muito obrigado!"

CAMPANHA

As bandeiras da Campanha pelo Limite da Propriedade de Terra

LORENA MARIA*

Entre os dias 1 e 4 de outubro, 45 entidades que compõem o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo estarão reunidas em Brasília para o Acampamento Nacional pelo Limite da Propriedade de Terra: em defesa da reforma agrária e da soberania territorial e alimentar. Como atividade principal do acampamento, além dos vários painéis, debates e atos culturais está o lançamento da Campanha pelo Limite da Propriedade, que terá caráter permanente. O lançamento dessa Campanha e a mobilização que ela proporcionará, visa atingir pontos importantes da situação fundiária e social do país, como a questão da soberania territorial brasileira, a realização da reforma agrária, as consequências do êxodo rural, a expansão do agronegócio, a questão da soberania alimentar, a concentração de terras, o inchaço das grandes cidades e o agravamento da desigualdade social. Por isso, ela quer atingir outros movimentos, sindicatos, entidades urbanas e o cidadão comum, alertando para a relação existente entre a estrutura agrária vigente no país e o quadro atual de violência urbana e rural, de disparidade social profunda, de subordinação ao capital externo, de degradação do meio ambiente, entre outros problemas.

Em torno da soberania territorial, por exemplo, há muito que ser discutido. Embora o investimento de capital externo no mercado fundiário brasileiro não signifique necessariamente compra de propriedades rurais, é perceptível uma movimentação dos investidores para o arrendamento de terras, de modo que os empresários estrangeiros acabam subordinando os pequenos produtores à sua lógica capitalista de desenvolvimento. O agricultor aceita estas condições e as ações do capital externo no Brasil ganham espaço. Além disso, a venda de terras de fronteira e a manutenção da monocultura por parte de multinacionais

requer um maior acompanhamento e fiscalização. A questão da soberania alimentar é outra discussão pertinente, pois se contrapõe à internacionalização e a subordinação da produção alimentícia às grandes empresas. No entanto, só seria possível mediante uma realidade diversa desta em que o Brasil está inserido, de concentração de terras e de um desenvolvimento acelerado do agronegócio.

Qual o limite para a desigualdade fundiária no Brasil?

Dentro do atual contexto e da necessidade de mudanças no quadro fundiário do país, a Campanha vem em boa hora. Segundo o Atlas Fundiário do Incra de 2003 existem 4.238.421 imóveis rurais cadastrados no Brasil ocupando uma área total de 420.345.382 ha. Deste total, 91,9% corresponde às pequenas propriedades que ocupam 29,2% da área total, enquanto a média e grande proprie-

dades corresponde a 8,2% dos imóveis rurais e ocupam 70,8% da área total. Esta discrepância levou o país à segunda maior concentração de terra em todo o planeta. Em decorrência dessa concentração, o fluxo migratório do meio rural para o meio urbano aumenta, levando a consequências desastrosas. Segundo o Censo Demográfico do IBGE em 2000, 15.315.242 pessoas deixaram o campo rumo à cidade. Para o professor e pesquisador de Geografia Agrária da USP, Ariovaldo Umbelino, existem dois modos de viabilizar a desconcentração de terras no Brasil. O modo comum, que seria o da fragmentação por herança, e a reforma agrária, que requer uma intervenção e uma vontade política do Estado brasileiro. Somente com conscientização e mobilização da sociedade é possível mudar o quadro da concentração fundiária, que tantas consequências desastrosas vêm trazendo para o país.

O que a Campanha pelo Limite da Propriedade de Terra no Brasil pretende, é justamente chamar a atenção

da população e pressionar as autoridades para a urgência de medidas que transformem essa realidade vigente há mais de 500 anos. Uma das medidas proposta pela Campanha é redefinir o valor máximo do módulo fiscal (ver box) por região, respeitando as particularidades das reservas indígenas, das unidades de preservação ambiental, das áreas que pertencem aos afrodescendentes, das áreas produtivas, improdutivas e devolutas. Outra medida é inserir um inciso no art. 186 da Constituição a fim de diminuir o tamanho do latifúndio para uma área correspondente, no máximo, a 35 módulos fiscais. As propriedades que ultrapassassem esse valor teriam suas terras incorporadas ao patrimônio público, liberando assim mais de 200 milhões de hectares de terras para assentar famílias.

O módulo fiscal é a unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município e que tem as seguintes características:

- 1) é uma medida de área;
- 2) é a área fixada para a propriedade familiar;
- 3) visa assegurar ao agricultor e a sua família não somente a subsistência, porém deve propiciar o progresso social e econômico;

Varia de acordo com:

- 4) o tipo de exploração;
- 5) a região do país em que se acha localizado o imóvel rural;
- 6) a renda obtida com a exploração predominante;
- 7) o relevo e solo de cada região.

Fonte: Jornal da Fetape: www.fetape.org.br/documentos/pol_publicas_sociais/Modulo_Rural.pdf

* Assessoria de Comunicação do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo.



Estrada Anel da Soja, oeste baiano

João Zinclar

SEMANA DA PÁTRIA

"Queremos participação no destino da nação"

ANTÔNIO CANUTO*

Na semana da Pátria, junto com a celebração do Grito dos Excluídos, mais uma vez fomos conclamados a nos manifestar em um plebiscito popular. Agora para opinar sobre se queremos ou não que a Companhia Vale do Rio Doce, patrimônio construído pelo povo brasileiro, e privatizado em 1997, continue nas mãos do capital privado. Nos dois plebiscitos anteriores nos manifestamos sobre o pagamento da Dívida Externa e sobre a ALCA, Área de Livre Comércio das Américas. Os 10 milhões de pessoas que votaram neste segundo plebiscito ajudaram a travar o processo de criação da ALCA.

Temas desta importância deveriam ser submetidos a uma consulta oficial. Mas, infelizmente, este é um caminho ainda pouco transitado em nosso País. Os movimentos sociais, as pastorais sociais e outros setores da sociedade, empenhados na construção de um novo Brasil, assumem a tarefa de propiciar este espaço de expressão, que, em última análise, é espaço de formação para a cidadania. Como bem diz o lema deste terceiro plebiscito "queremos participação no destino da nação".

Em 1997, quando o governo acabou levando a leilão a Vale do Rio Doce, foram muitas as manifestações contrárias. Ações foram movidas na justiça. Não faltou quem pedisse a realização de um plebiscito. A Igreja Católica também se posicionou. Dom Luciano Mendes de Almeida, ex-secretário geral e ex-presidente da CNBB, em audiência pública pouco antes do leilão de 1997, dizia que "ninguém pode vender uma empresa como a Vale do Rio Doce sem ter informado o povo do seu valor real, do seu significado histórico, cultural, político...". Nada

disso, porém, conseguiu conter a sanha privatista do governo FHC, que, como um rolo compressor esmagou todas as formas de oposição e protesto. E o patrimônio de mais de 92 bilhões de reais, foi entregue ao capital privado por meros 3,3 bilhões. Os lucros da Vale, só em 2006, foram de mais de 12 bilhões, e no primeiro trimestre deste ano somaram mais de 5,1 bilhões. Uma grave irregularidade que macula todo o processo é que o Bradesco, que fez parte do comitê de avaliação do valor da Vale, se tornou um dos seus principais acionistas, o que é proibido pela lei de licitações.

Um ato não tão tranquilo

A privatização da Vale encontra forte oposição. Correm, em diferentes espaços da Justiça, 107 processos que pedem que o leilão seja anulado. Um juiz do Pará considerou o ato da privatização fato consumado e arquivou os processos. Mas, em outubro de 2005, o Tribunal Regional Federal de Brasília julgou que 69 dessas ações tinham fundamentação e, portanto, seriam retomadas. Isso



reacendeu a esperança deste ato ser considerado viciado e, consequentemente, sem valor. A opinião pública brasileira é contra esta privatização. Foi o que constatou pesquisa realizada entre os dias 19 e 22 de maio deste ano pelo Instituto Planejamento e Pesquisa (GPP), encomendada justamente por um dos principais agentes da política de privatizações, o DEM (Democratas), antigo PFL. 50,3% dos entrevistados se declararam a favor da reestatização da Vale. 28,2% contra e 21,5% disseram não saber responder. A pesquisa ouviu duas mil pessoas em 17 estados.

A Vale não se abala?

A realização do Plebiscito Popular, mesmo não sendo um ato oficial, e sem a cobertura da mídia, (os grandes meios de comunicação não divulgam nenhum debate sobre a questão, por ser a Vale um dos grandes anunciantes institucionais), incomoda a Vale. Para evitar maiores riscos a Companhia adotou uma postura agressiva. Sabendo que as Pastorais Sociais são um dos carros-chefe do Plebiscito, procurou

envolver a Igreja patrocinando o ato de lançamento da Campanha da Fraternidade, em Belém, no começo do ano. Já na reta final deflagrou grande campanha publicitária, nos principais meios de comunicação, contrapondo-se ao "Isto não Vale", com uma afirmação sobre o "Brasil que Vale".

Em 22 de agosto, os participantes da Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública ocuparam, em Belo Horizonte, um prédio da Companhia com o objetivo de chamar a atenção da opinião pública para o Plebiscito. A empresa taxou a manifestação como criminosa, o ato terminou com a prisão de 126 manifestantes, para assim influenciar a opinião pública.

Desta forma trava-se uma guerra para conquistar mentes e corações. A importância da participação neste Plebiscito, além do debate sobre o roubo que foi a privatização da Vale, está em dar suporte às decisões que porventura o judiciário venha tomar no sentido de recuperar para o povo, o que é do povo.

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

EXPLORAÇÃO

O gosto amargo da cana

MARIA JOSÉ SOUZA MORAES*

O melaço ou mel de cana, o caldo de cana e a moça branca ou de engenho são guloseimas muito apreciadas em várias regiões do País. Quem, quando criança, já não se lambuzou no doce dessas delícias produzidas pela cana? Este é o gosto doce e prazeroso da cana, mas infelizmente, não é o único e nem o mais experimentado. Nas regiões Nordeste e Sudeste do período escravagista, os negros não conheceram este doce sabor e foram obrigados a experimentar o seu amargo gosto nos imensos canaviais dos senhores de engenho. Este sabor amargo da cana experimentam-no, ainda hoje, os milhares de trabalhadores submetidos ao trabalho escravo e à super-exploração nos canaviais que invadem imensas áreas do Norte ao Sudeste, passando pelo Centro-Oeste do País. A produção não mais é só do açúcar, da cachaça e do álcool anídrico, mas principalmente do álcool combustível, o etanol, panacéia apresentada como a solução para o grave problema do aquecimento do planeta.

Todos os anos, em sua publicação Conflitos no Campo Brasil, a Comissão Pastoral da Terra registra as condições de trabalho a que são submetidos os cortadores de cana, escravizados ou superexplorados. No ano de 2006, foram registradas 262 ocorrências, envolvendo 6930 trabalhadores, a grande maioria originária do Nordeste, principalmente do Estado do Maranhão. Segundo a Pastoral do Migrante, 14 pessoas morreram no corte de cana durante as safras 2004/05 e 2005/06, por causa do excesso de trabalho; trabalhadores entre 24 e 50 anos.

O Tabuleiro de Cana da Destilaria Araguaia

Este sabor amargo da cana experimentam-no os trabalhadores da Destilaria Araguaia, antiga Gameleira, situada no município de Confresa, Mato Grosso. A empresa já foi flagrada utilizando trabalho escravo e



João Zinclar

ostentava, até recentemente, um mocabro recorde por ter tido o maior número de trabalhadores libertados durante inspeção do Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho: 1003 trabalhadores. Já freqüentou a “Lista Suja” e desde a sua instalação, em 1983, tem sido denunciada pelas péssimas condições de trabalho a que submete seus trabalhadores. Em mais um exemplo de exploração e de coação por parte dos latifundiários, 14 cortadores de cana dessa usina foram mantidos presos do dia 23 de junho ao dia 25 de julho após participarem de uma manifestação devido a atrasos no pagamento do salário.

Desde o mês de março o pagamento era feito com atraso, apesar de existir um Acordo Coletivo e ilegal, que pactuou o seu pagamento até o dia 12 de cada mês. Diante dessa situação, eles resolveram paralisar o corte da cana e protestar. A Polícia Militar de Confresa (MT) foi acionada pela empresa e desmobilizou o protesto.

No dia 23, quando feito o pagamento, um grupo de trabalhadores recusou-se a recebê-lo, pedindo a rescisão do contrato e a presença do Ministério do Trabalho. Os ânimos estavam exaltados; pneus foram queimados e o pagamento momentaneamente paralisado. A PM novamente foi acionada e o pagamento pôde ser retomado. Quando o grupo já voltava para o alojamento, distante alguns quilômetros do local do protesto, foram alcançados pelos policiais, subjugados, humilhados e levados para a Delegacia de Vila Rica, onde foram autuados em flagrante e incursos no artigo 202 do Código Penal: sabotagem. Depois foram levados ao presídio da Comarca de Porto Alegre do Norte. As duas advogadas que trabalharam no caso ajuizaram pedidos de liberdade provisória, fundamentados no fato de serem os presos, réus primários e com bons antecedentes. O Ministério Público posicionou-se em contrário e o juiz indeferiu os pedidos.

A liberdade ainda que tardia

Neste ínterim, os trabalhadores receberam várias manifestações de solidariedade de pessoas da região e de fora, principalmente de organizações ligadas ao Combate e Erradicação do Trabalho Escravo. A audiência de interrogatório deles, que estava marcada para o dia 10 de agosto, foi antecipada e o juiz os ouviu no dia 25 de julho, coincidentemente o Dia do Trabalhador Rural. Foram reiterados os pedidos de Liberdade Provisória que, desta vez, foram deferidos pelo juiz, e naquela mesma noite os trabalhadores foram colocados em liberdade e puderam voltar para as suas famílias. Enquanto isso, corruptos notórios e outros bandidos continuam à solta, com liberdade para continuarem agindo.

* Assessora jurídica e coordenadora dos Grupos de Direitos Humanos da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT).

CULTURA

VI Festa da Cultura Popular Camponesa

ANA PAULA DE OLIVEIRA E CARLOS ALEXANDRE DE OLIVEIRA*

A comunidade do Assentamento Treze de Maio, no Espírito Santo, realizou no dia 23 de junho desse ano a VI Festa da Cultura Popular Camponesa. Esta festa é realizada desde 2002 com a finalidade de reafirmar a cultura camponesa que vem sendo esmagada pela cultura de massa. As variadas apresentações culturais, como dança da fita, quadrilha, teatros humorísticos, mística e moda de viola animaram a festa e envolveram a comunidade e os visitantes numa grande roda cultural. Houve também muita comida típica, canjicão, bolos, pães, doces, sucos e quentão, tudo preparado pelos moradores.

Um dos destaques da festa foi a Barraca de Exposições. Esta, além de reunir peças antigas, demonstrou uma variedade de sementes, frutos e artesanatos produzidos pelas famílias assentadas. "A festa foi bem organizada e demonstrou com clareza a cultura do povo camponês, feita pelo povo e para o povo. Isso deixou a comunidade gratificada em poder realizar tal evento", comentou José Sandro de Oliveira, morador do local.

A iniciativa para a criação da festa partiu da CPT Espírito Santo que, em uma celebração ocorrida no Assentamento em 2001, incitou os moradores a celebrar seus valores culturais. Desde então, a CPT é uma importante parceira da comunidade no desenvolvimento de atividades como essa.

fotos Gleison Nimer - arquivo CPT ES/RJ



"Venha para cá meu povo"

Vamos cantar as cantigas de um tempo em que se cantava a Terra, o Sol, as Aves e a Natureza. Um tempo em que a canção corria pela alma como a água doce corre pelo leito do rio.

Venham crianças, venham banhar-se na cultura e sabedoria que renasce na labuta de todo dia, nas danças e contradanças, nas quadras de uma folia. Querem que tu te esqueças, mas está em sua raiz, a razão de sua existência.

Que venha a juventude, escolha o seu compasso de seu modo verdadeiro e ergam-se na cultura, em cada verso, em cada abraço. Não se esqueçam de plantar os pés onde a cultura mantém a vida.

Venham homens, mulheres, filhos e filhas da terra, façamos de nosso chão nosso palco cultural, de nossa fogueira nossa fé, nossa esperança, de nossa história um constante caminhar".

CPT – ES/RJ

* Jovens assentados do Assentamento Treze de Maio e voluntários da CPT Espírito Santo.

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

- | | | | |
|--------------------------|-----------------------|------|-------|
| ☐ | Brasil | R\$ | 10,00 |
| ☐ | Para o exterior | US\$ | 20,00 |

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: canuto@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás – C.P. 749 - CEP 74.001-970

CORREIOS
Impresso Especial

0564/2005 DR/GT
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA